



'O elástico já está muito esticado'

Antes de aumentar os impostos, o Governo deverá reforçar a procura da receita junto dos que estão fora do sistema fiscal. Em entrevista ao JN, o bastonário OTOC tece ainda duras críticas às mudanças no reporte de prejuízos fiscais

ENTREVISTA

Domingues de Azevedo
BASTONÁRIO DA OTOC

Num tom crítico, o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) considera que o Fisco deve olhar e mostrar-se mais para os que estão fora do sistema e duvida que a taxa máxima do IVA possa subir mais.

O discurso de que pode vir aí mais austeridade acentuou-se. Os impostos podem subir mais?

Não é segredo para ninguém que a economia portuguesa precisa de ajustamentos muito fortes, mas talvez devêssemos primeiro explorar outras vias que trouxessem rendimento à fiscalidade, sem carregar sempre nos mesmos, os que cumprem. A máquina fiscal ganhou muita eficiência com os automatismos, mas tem descurado na transmissão da imagem de que aqueles que estão fora do sistema podem a todo o momento ser apanhados.

Essa imagem tem-se esbatido?

Sim e é tempo de se dar alguma expressão prática a esta preocupação de pedagogia de que o crime fiscal não compensa. Porque, neste momento, o grande problema é que só paga imposto quem está legal, é sobre estes que os automatismos recaem.

Mas isso leva tempo e aumentar impostos tem efeito imediato...

Temos de ver até onde vai o elástico da fiscalidade e percebe-me que já está a ficar esticado. Aumentar impostos é o mais fácil, mas subir o IVA acima dos 23% fará as empresas perderem ainda mais competitividade. Poderá, quando muito, haver algum reacerto de enquadramento, subindo a taxa reduzida para a intermédia e a intermédia para a máxima.



Domingues de Azevedo: "Se calhar temos uma vida muito cara para aquilo que ganhamos"

Seria mais razoável mexer no ISP?

Seria muito mais justo, mas desde que haja soluções de transporte alternativas. Porque é que as pessoas não vão andar todas de carro? Há hábitos que devíamos reequacionar porque se calhar temos uma vida demasiado cara para aquilo que ganhamos.

Faz sentido subir as taxas liberatórias para 21,5% e ter deixado a das mais-valias em 20%?

Nas mais-valias acho que mesmo assim demos um salto enorme. Mas no plano da justiça tributária não consigo entender que uma pessoa que teve a sorte de nascer rica e com dinheiro no banco, pague 21,5% de IRS, enquanto quem sai de casa todos os dias para ir trabalhar pague taxas muito mais altas. Não faz sentido.

As deduções foram limitadas nos dois últimos escalões, mas os benefícios foram altamente reduzidos. Não era mais fácil acabar com eles?

As deduções fiscais promovem o interesse sucessivo e acabar com elas quebra este interesse. Pena é que o processo de deduções não possa ser mais alargado, porque ele alavanca a origem do rendimento. Já os benefícios fiscais com o PPR não fazem sentido e a poupança com base nestes produtos veria ser reformulada.

Críticam fortemente o facto de neste OE se prever que as empresas só possam deduzir prejuízos fiscais se estes forem validados por um Revisor Oficial de Contas...

Essa medida é uma vergonha e de quem não percebe nada de impostos nem conhece as empresas. A lei descontextualiza a geração do prejuízo criando uma injustiça enorme porque uma empresa que tem o azar de ter um acidente (um incêndio, por exemplo) é penalizada. **Mas ainda não foi regulamentada?** Não, e espero que nunca seja regu-

Foi o rosto da Câmara e primeiro bastonário da Ordem dos TOC

Foi durante muitos anos o rosto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (criada em 1996) e é agora o rosto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas para onde foi eleito o primeiro bastonário, fez antontem um ano. Domingues de Azevedo elegeu como uma das prioridades para este seu mandato a construção do "Espaço TOC", mas não descura a formação dos profissionais TOC que, nos últimos anos, implicou um elevado investimento, para preparar estes profissionais para todas as mudanças que as declarações electrónicas trouxeram e, mais recentemente, o Código Contributivo.

lamentada, e é isso que vamos dizer ao Sr. primeiro-ministro, numa exposição que estamos a preparar. Sentimo-nos um bocadinho magoados porque já alertámos o Ministério das Finanças para estas questões e defrontamos-nos com alguma indisposição para alterar a lei. O Governo não teve coragem para dizer que não aceita prejuízos das empresas, podia fazê-lo, mas não o fez. Se o fizesse estava a dizer que na prática não poderia haver dedução aos lucros, mas veio dizer uma coisa mais complicada: só pode deduzir o prejuízo se contratar um Revisor Oficial de Contas. **Pediram recentemente a prorrogação do prazo de entrega da declaração do IVA porque o site esteve em manutenção. Este tipo de situações é frequente?**

Estamos preocupados, este é um processo recorrente. Grassa na administração pública um certo desleixo e desde a primeira da hora que alertamos que devia haver uma via para os TOC desenvolverem a sua actividade. Não pedimos ao Estado um tostão para formação, andámos por todo o país a explicar as mudanças, assumimos todo este custo. E não podemos aceitar que o Estado, no seu laxismo, não tenha meios para dar aos profissionais, meios para cumprirem com as suas obrigações e que depois, não cumprindo, ainda os tente penalizar. Não acredito, mas às vezes fica a tentação de pensar se não se faz isto intencionalmente para se pagarem multas. Já disponibilizamos o site da Ordem para que este fosse usado como antecâmara da entrega das declarações. Cabe na cabeça de alguém fazer intervenções no site quando se têm de entregar quase 400 mil declarações?

Constituída a Ordem há um ano que novos projectos têm?

Temos um que prevê uma estrutura semelhante à Casa do Artista. Será o Espaço do TOC, um espaço de convívio, encontro e onde se poderá dar expressão a algumas actividades. Também teria uma vertente residencial para aqueles casos extremos de solidão. Temos também um projecto para ter o nosso próprio centro de formação. Pagamos muito pelo aluguer de espaços. Em 2010 demos formação a 169 mil pessoas, a maior parte gratuita.

Quanto gastam por ano em formação?

Cerca de cinco milhões de euros e este ano vamos manter.

Tem havido processos contra os TOC?

Têm vindo a diminuir. Em 2009 tivemos 700 e, em 2010, foram cerca de 600 processos. A queixa mais frequente é negligência.

LUCÍLIA TIAGO
ltiago@jn.pt